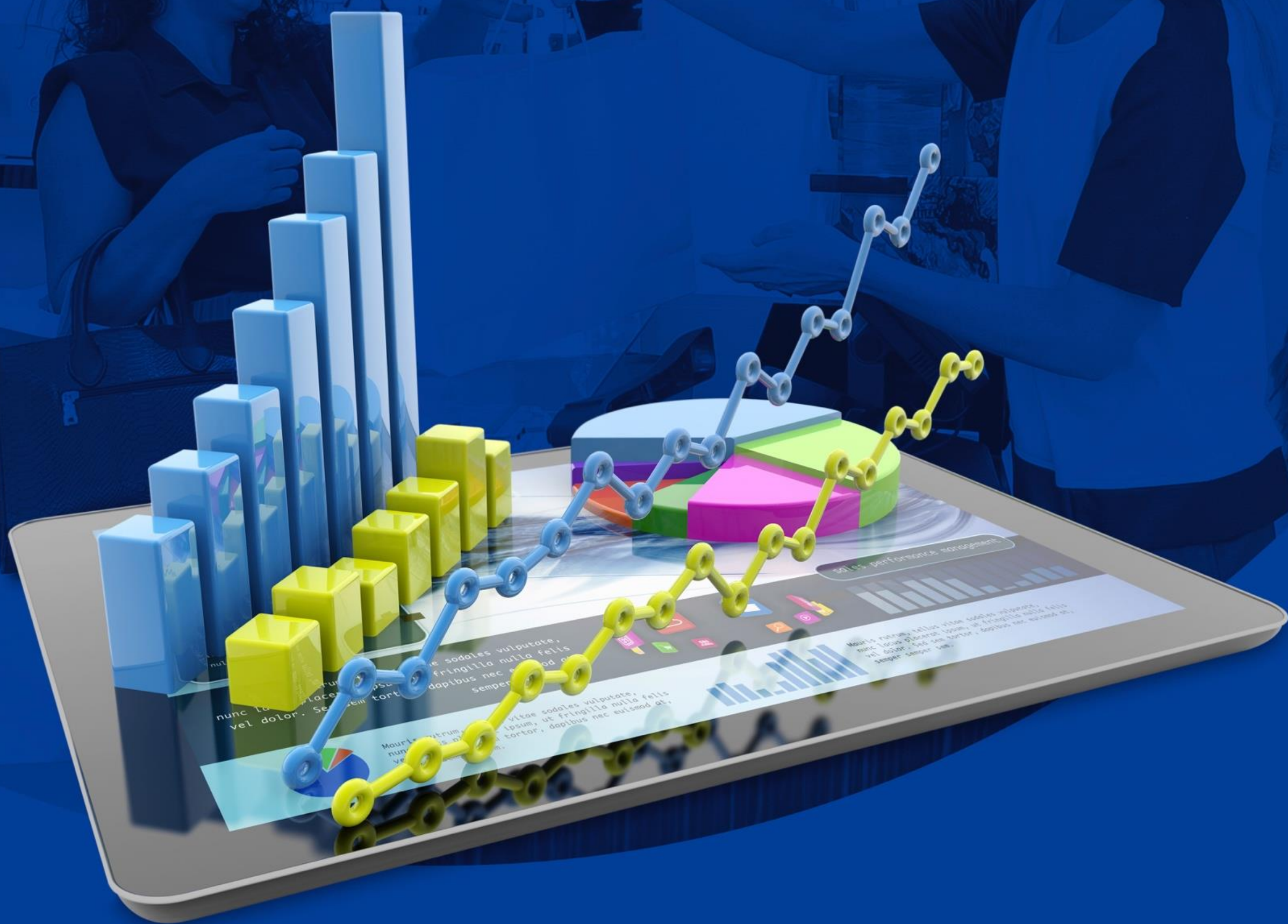




PANORAMA DO COMÉRCIO

SETEMBRO/2024



RESUMO

CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO SURPREENDE POSITIVAMENTE DESDE A PANDEMIA; INFLAÇÃO PERSISTENTE AINDA É DESAFIO

Desde o primeiro ano de pandemia, em 2020, o resultado PIB tem superado as projeções do mercado. A comparação entre previsões feitas no início de cada ano e o resultado efetivamente observado mostra diferenças expressivas. Mesmo quando se considera as previsões feitas na metade do ano, a diferença é relevante. Em 2024, esse quadro se repete. Dados do IBGE mostram que, ao longo do primeiro semestre, o PIB cresceu 2,9%, alcançando um desempenho acima do esperado.

As projeções feitas no início deste ano foram revisadas para cima. O que explica, afinal, o descompasso entre as projeções e o resultado observado? Uma das hipóteses é a de que o crescimento potencial da economia elevou-se. O chamado PIB potencial é uma construção teórica que mostra o quanto a economia pode crescer usando plenamente seus fatores de produção, sem gerar pressão inflacionária. Além disso, o país vive um longo ciclo de crescimento do crédito e de expansão dos serviços financeiros. O próprio PIX abriu as portas do sistema financeiro para um elevado contingente de consumidores desbancarizados, dando mais eficiência às transações.

Panorama do Comércio

**5,1%**

Crescimento das vendas do comércio varejista de janeiro a julho de 2024

**4,7%**

Crescimento das vendas do varejo ampliado de janeiro a julho de 2024

**14,0%**

Crescimento das vendas de "Artigos farmacêuticos e médicos"

Panorama Macro

**4,2%**

Inflação no acumulado dos 12 meses encerrados em ago-24

**1,5 mi**

Criação de vagas formais de jan-24 a jul-24

**10,5%**

Taxa SELIC

O detalhamento dos dados mais recentes do PIB mostra o comércio em posição de destaque. No primeiro semestre, o PIB do setor cresceu 3,5%, acima da média dos demais setores. O resultado é coerente com o que se observa mês após mês nos dados de vendas, divulgados pelo IBGE. Em julho, mais uma vez o setor apresentou crescimento da atividade, mantendo-se nos patamares mais elevados da série histórica.

Os dados positivos da atividade econômica dividem o espaço do noticiário com os dados que mostram a persistência da inflação. A variação acumulada do IPCA em 12 meses segue oscilando acima do centro da meta. Como a comunicação do Banco Central vem apontando, permanece no radar a possibilidade de aumento da taxa básica de juros. Os efeitos da longa estiagem que atinge regiões importantes do país, agravados pelas queimadas, elevam os temores sobre o avanço dos preços de bens e serviços.

Por fim, as sondagens feitas com os consumidores captam uma melhora discreta na avaliação do quadro atual e uma deterioração das expectativas. Nas últimas edições, destacamos que a renda e o emprego cresceram nos últimos meses, mas sem impacto relevante nos indicadores de percepção dos consumidores. Esse quadro permanece e sugere que, mesmo com a melhora de alguns indicadores, o nível de endividamento ainda pressiona as famílias. Depois de duas crises severas ao longo dos últimos dez anos, será necessário um ciclo mais duradouro de estabilidade para que o otimismo apareça de forma mais clara nos indicadores de confiança.

Termômetro do consumidor



+1,4%

Crescimento do Índice de Situação Atual dos consumidores



-3,5%

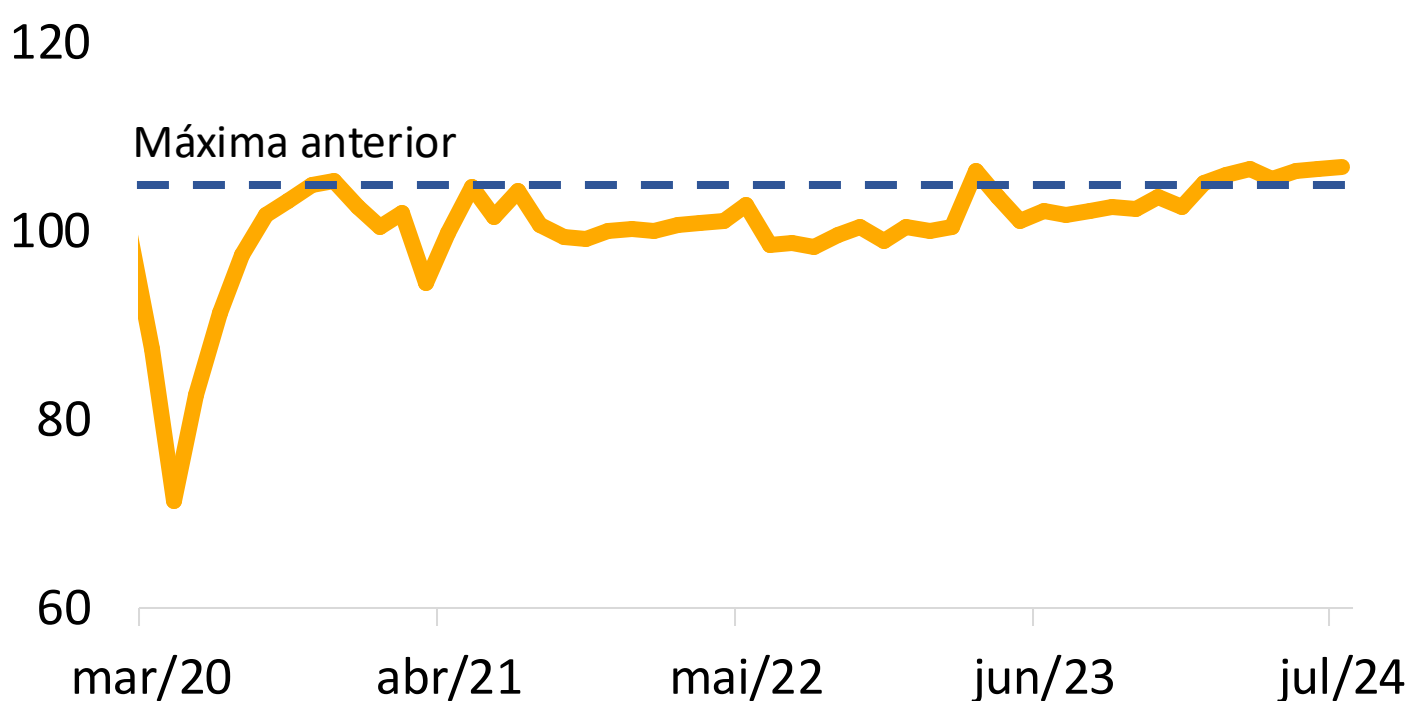
Queda do Índice de Expectativas dos consumidores

VENDAS DO COMÉRCIO

Vendas do varejo ampliado crescem 5,1% no acumulado do ano e seguem no patamar mais elevado da série histórica; vendas do comércio varejista também avançam

Vendas do Varejo Ampliado

Número Índice (2022 = 100)



Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em julho de 2024, as vendas do varejo ampliado registraram alta de 0,1% na comparação com o mês anterior. Apesar de o crescimento ter sido discreto, vale notar que essa foi a quarta alta mensal consecutiva. Esse é o primeiro dado referente ao 2º semestre de 2024.












Ao longo do 1º semestre, as vendas desse segmento consolidaram-se acima da máxima anterior, registrada no último trimestre de 2020, alcançando um novo recorde. No acumulado do ano, isto é, na comparação entre o período de janeiro a julho de 2024 e o mesmo período de 2023, o IBGE constatou uma alta de 4,7% nas vendas do varejo ampliado. O varejo ampliado considera todas as atividades comerciais. Já a segmentação do comércio varejista desconsidera as vendas de atividades comerciais mais específicas, como materiais de construção, veículos e atacadista de alimentação e bebidas. De acordo como IBGE, o desempenho do comércio varejista também segue positivo. Na comparação mensal, a alta foi de 0,6%. No acumulado do ano, o comércio varejista registra crescimento de 5,1% nas vendas, permanecendo em um patamar elevado.

	O que compara	Comércio Varejista	Varejo Ampliado
Variação mensal com ajuste sazonal	Compara o resultado de um mês com o mês imediatamente anterior	0,6%	0,1%
Variação acumulada no ano	Compara o período de janeiro a novembro de 2023 com o mesmo período de 2022	5,1%	4,7%

VENDAS DO COMÉRCIO POR SEGMENTO

Vendas de “veículos, motocicletas, partes e peças” avançam 3,8% na comparação entre julho de 2024 e o mês anterior; segmento também é destaque no período de janeiro a julho

De janeiro a julho de 2024, as vendas de “Artigos médicos e farmacêuticos” apresentaram a maior alta entre os segmentos acompanhados pelo IBGE, na comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento foi de 14,3%. Em seguida, aparece o segmento de “Veículos, motocicletas, partes e peças”, com alta expressiva de 13,4%. Na comparação mensal, entre julho de 2024 e o mês anterior, esse segmento obteve a maior alta (3,8%). “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” e “Hipermercados e Supermercados” também registraram alta das vendas no acumulado do ano. Na outra ponta, o segmento de “Livros, jornais, revistas e papelaria” registrou queda de 7,3% nas vendas entre janeiro e julho. Das 11 atividades segmentadas pelo IBGE, oito apresentaram alta das vendas e três apresentaram queda.

Segmento do comércio	Acumulado no ano	Mensal
 Artigos médicos e farmacêuticos	14,3%	-1,5%
 Veículos, motocicletas, partes e peças	13,4%	3,8%
 Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,1%	2,1%
 Hipermercados e supermercados	5,6%	1,7%
 Material de construção	3,4%	-0,2%
 Móveis e eletrodomésticos	3,3%	1,4%
 Materiais para escritório	2,7%	2,2%
 Tecidos, vestuário e calçados	0,5%	1,8%
 Combustíveis e lubrificantes	-2,2%	-1,1%
 Atacadista de alimentação e bebidas	-5,6%	-
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,3%	0,1%

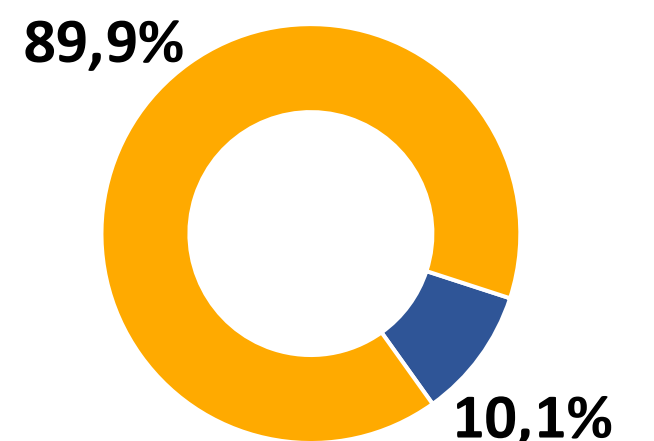
PIB DO 1º SEMESTRE

PIB brasileiro cresce 2,9% no 1º semestre 2024 e confirma a revisão positiva das projeções do desempenho anual; PIB do comércio avança 3,5%

Ao longo dos últimos anos, a economia brasileira superou as projeções de crescimento. Em meados de 2021, o Boletim Focus, do Banco Central, indicava que a mediana das projeções para o PIB era de 4,4%. O resultado observado foi de 4,8%. Em 2022, mais uma surpresa: as projeções do meio do ano indicavam avanço de 1,2%; o resultado apurado pelo IBGE foi de 3,0%. Em 2023, o crescimento foi de 2,9%, ante uma expectativa de 1,7%. Neste ano, as projeções do primeiro Boletim Focus indicavam avanço de 1,6%. No Boletim de 06 de setembro, as projeções apontam alta de 2,7%. Os resultados mais recentes do IBGE corroboram essa revisão das expectativas para 2024: o PIB brasileiro cresceu 2,9% no 1º semestre. O avanço foi sustentado pelo bom desempenho da Indústria e do setor de Serviços – ambos com crescimento acima de 3,0%. Esses setores compensaram a queda do PIB da Agropecuária. O PIB do Comércio é analisado pelo IBGE como parte do setor de Serviços e apresentou alta de 3,5%. Entre as hipóteses aventadas para explicar as surpresas nos dados da atividade econômica estão o crescimento do PIB potencial brasileiro e o duradouro ciclo de expansão do crédito, sobretudo do crédito às famílias.

2,9%
Crescimento do PIB
no 1º semestre
de 2024

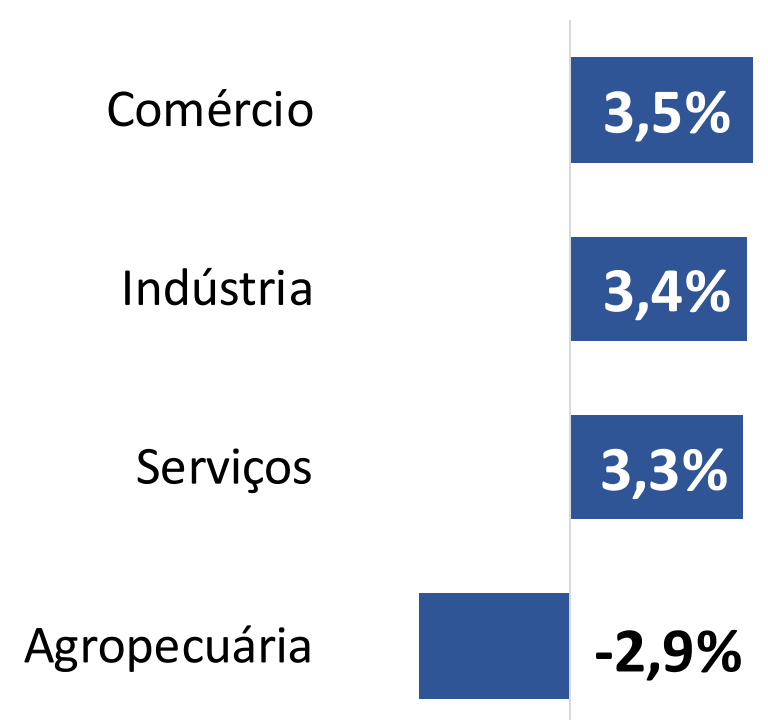
Participação do comércio



■ Comércio ■ Demais setores

PIB por setor

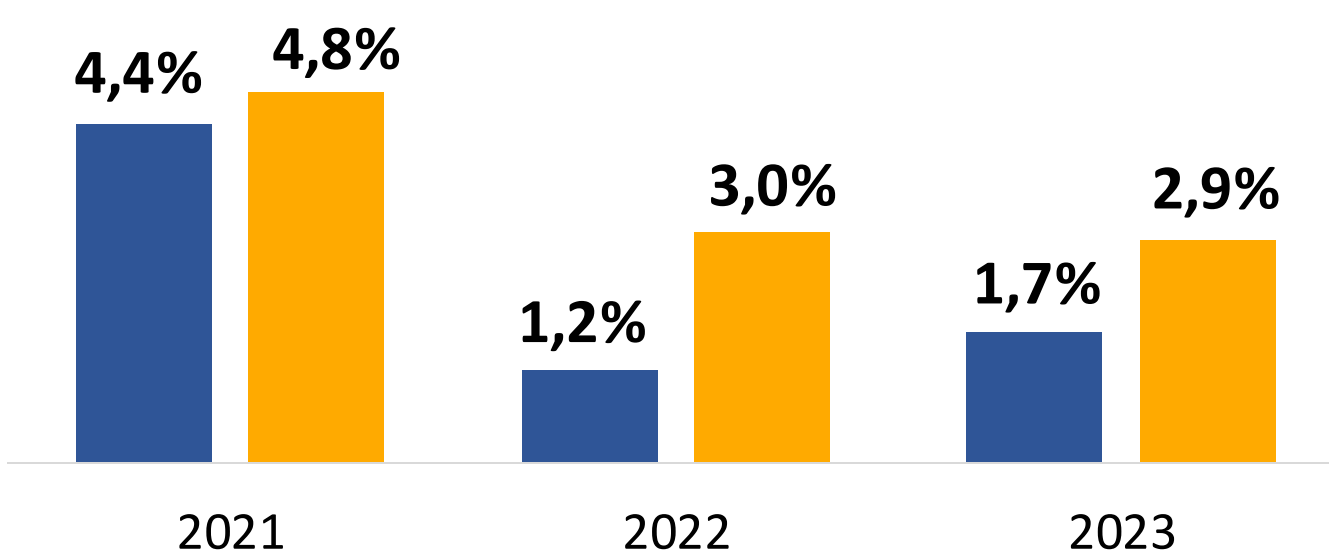
Crescimento no 1º semestre de 2024



PIB além do projetado

Crescimento anual

■ Previsto ■ Observado



MERCADO DE TRABALHO

Comércio cria 33 mil vagas formais em julho de 2024 e acumula 120,8 mil vagas criadas desde o início do ano; taxa de rotatividade do emprego formal no comércio é estimada em 33%



33 mil

Número de vagas formais criadas no **comércio** em **jul-24**



188 mil

Número de vagas formais criadas no conjunto de **todos os setores** em **jul-24**



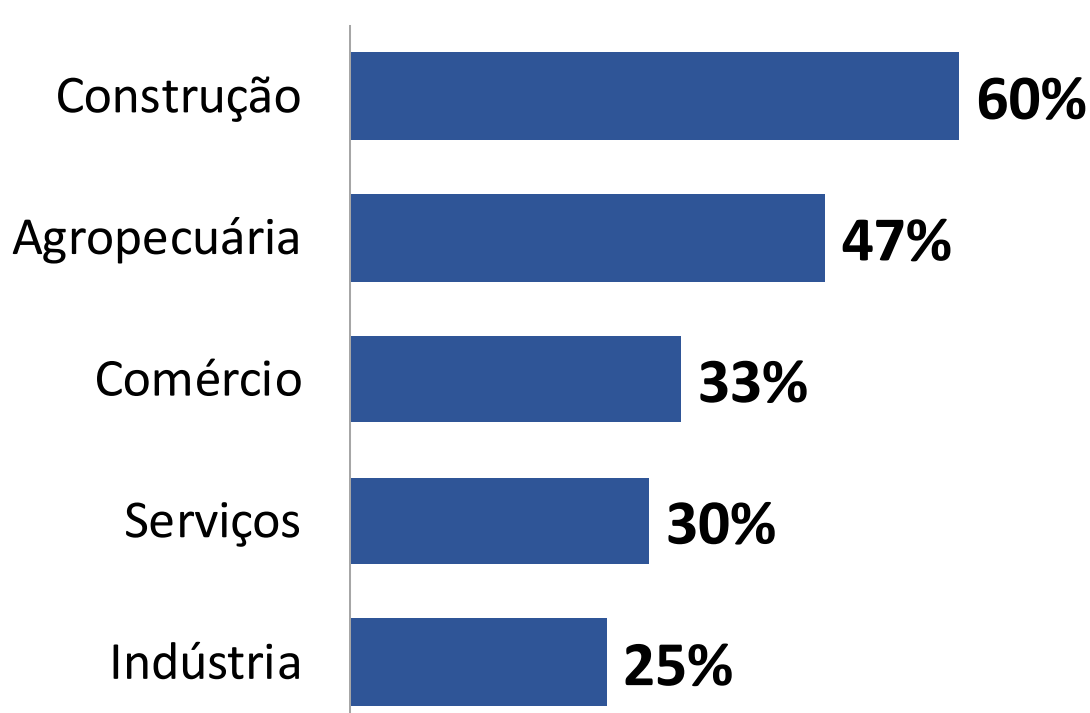
Rotatividade

Menor valor entre o total de admissões e demissões dividido pelo estoque de mão de obra do 1º dia do mês de referência

De acordo com informações do CAGED, em julho de 2024, o comércio criou 33 mil postos formais de trabalho. Esse número resulta da diferença entre o total de admissões do mês e o total de demissões. Considerando o conjunto de todos os setores, 188 mil vagas foram criadas apenas em julho. No acumulado de janeiro a julho de 2024, o comércio registra um saldo de 120,8 mil de vagas formais criadas. No conjunto de todos os setores, esse número chegou 1,49 milhão. Os dados confirmam o aquecimento do mercado de trabalho, refletido também nos dados de desemprego divulgados pelo IBGE. Esta edição do Panorama também destaca as taxas de rotatividade de emprego por setor, apuradas pelo CAGED. Essa taxa mostra o percentual de trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque no primeiro dia do mês. No comércio, essa taxa foi estimada em 33%, indicando que cerca de um terço da mão de obra formal foi substituída no período. Para comparação, essa taxa foi de 25% na Indústria e de 60% no setor de Construção.

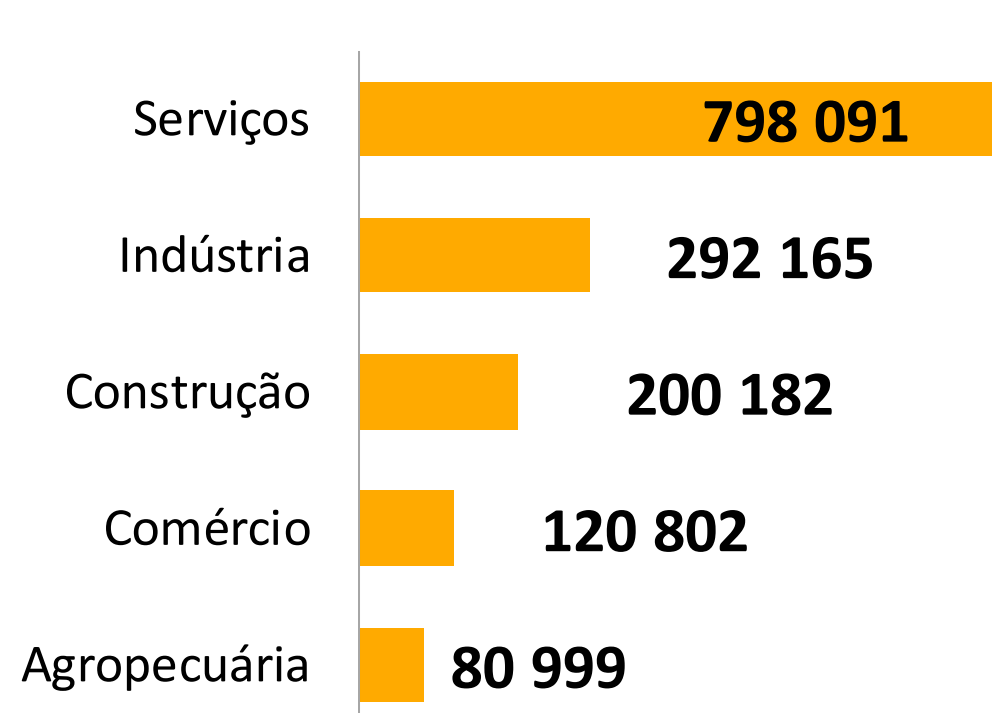
Rotatividade por setor

Jul-24



Dados por setor

Acumulado de jan-24 a jul-24



INFLAÇÃO

IPCA registra variação de 4,2% no acumulado dos 12 meses encerrados em agosto de 2024; fator climático é fonte de preocupação para a trajetória da inflação nos próximos meses

Dados do IBGE mostram que, nos 12 meses encerrados em agosto de 2024, o índice oficial de inflação (IPCA) acumulou alta de 4,2% no país, permanecendo acima do centro da meta, fixado em 3,0% pelo Conselho Monetário Nacional. Em alguns meses do ano, a inflação chegou a ficar abaixo do teto da meta (4,5%), como em de agosto. A abertura dos dados por itens de bens e serviços mostra ainda que os itens de “Educação” registraram a maior alta no acumulado de 12 meses, com variação de 6,9%. Em seguida, aparecem os itens de “Saúde e cuidados pessoais”, com alta de 5,7%. Na outra ponta, os itens de “Artigos de residência” e de “Comunicação” apresentaram as menores altas. De acordo com o Boletim Focus de 06 de setembro de 2024, o IPCA deverá encerrar o ano com variação de 4,3%, isto é, acima do centro da meta. Essa “desancoragem” das expectativas está no centro das discussões sobre uma eventual elevação da taxa básica de juros, a SELIC. Também aparecem nas discussões sobre a evolução da inflação e dos juros os efeitos da longa estiagem que afeta diversas regiões do país, pressionando os preços de alimentos e energia.

4,3%



Projeção para o IPCA em 2024, segundo o Boletim Focus

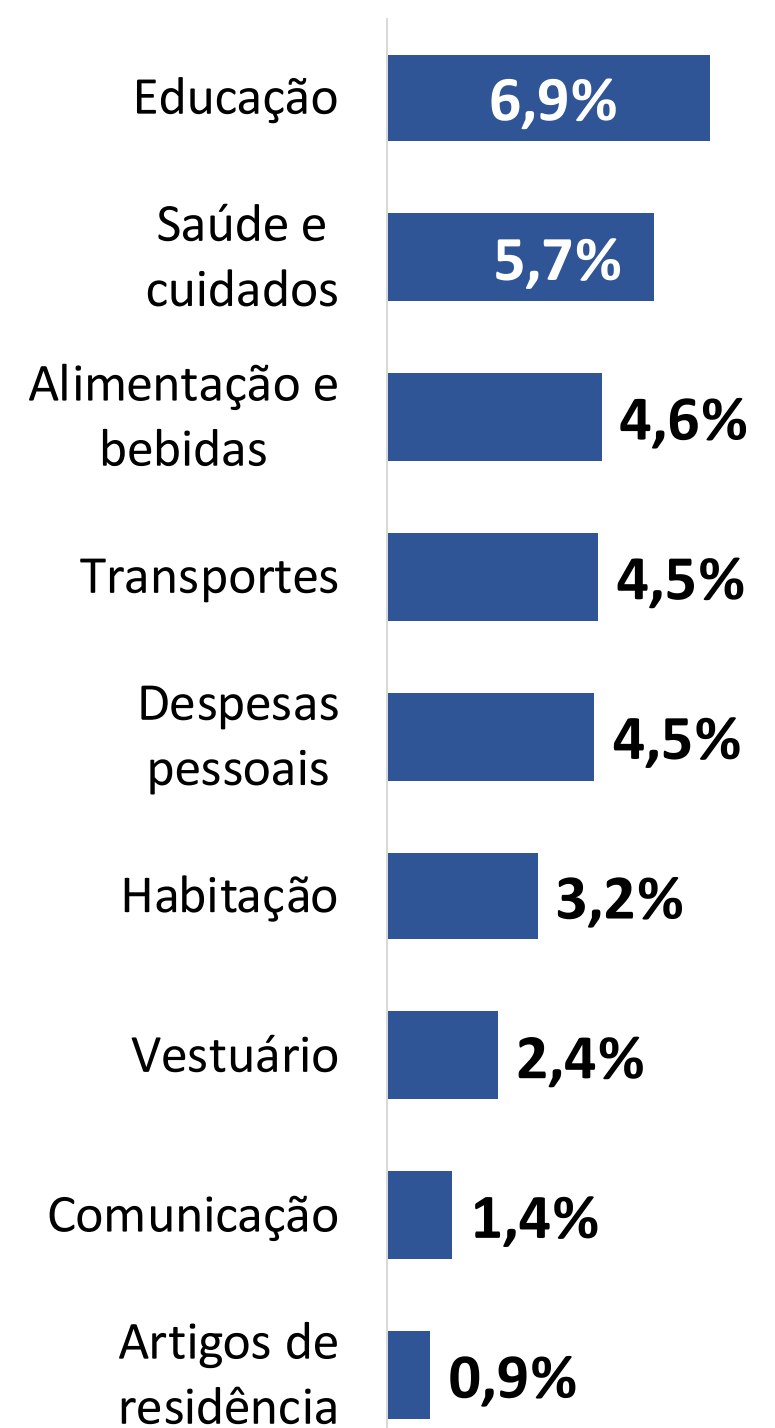
3,0%



Centro da meta de inflação

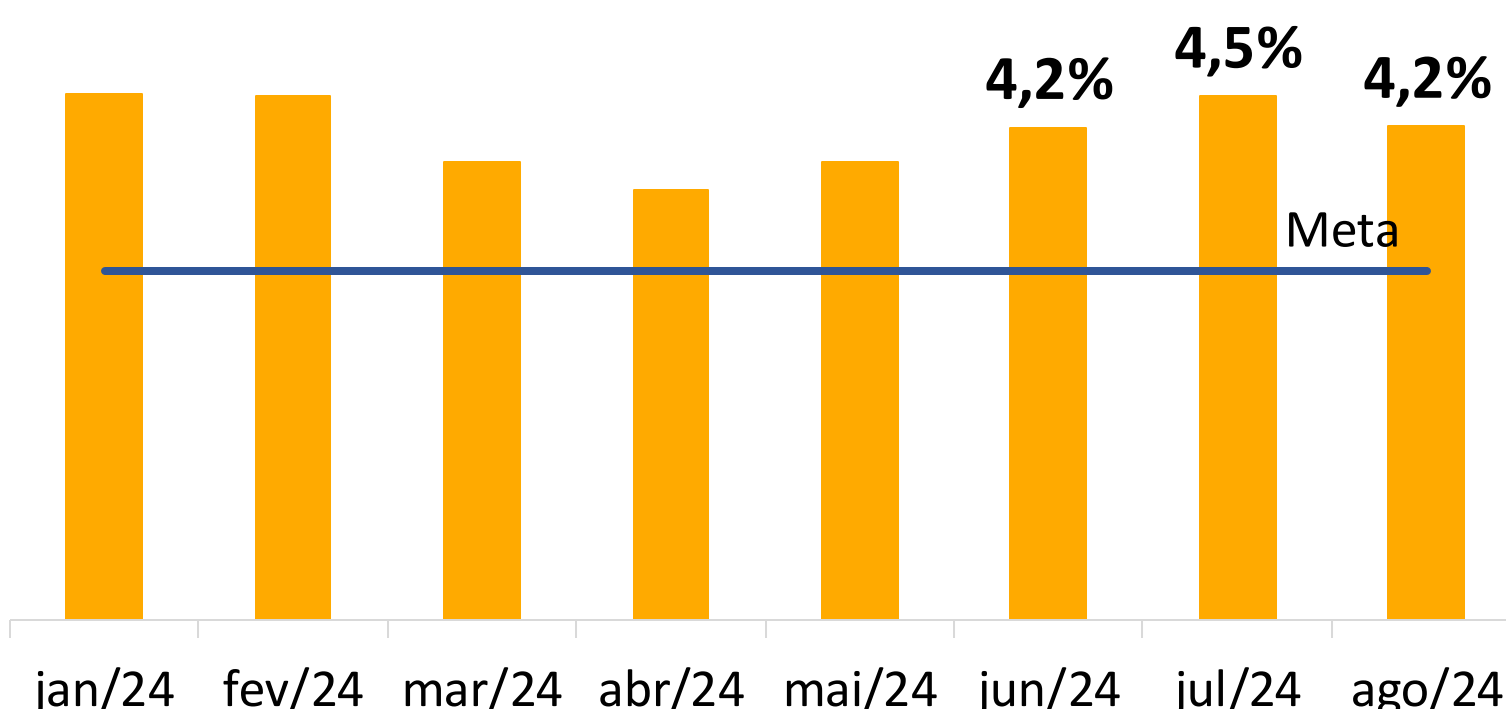
IPCA por itens

Acumulado em 12 meses



Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Acumulado em 12 meses

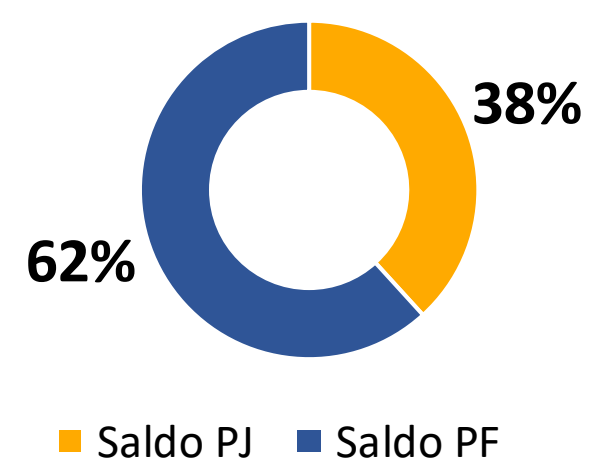


MERCADO DE CRÉDITO

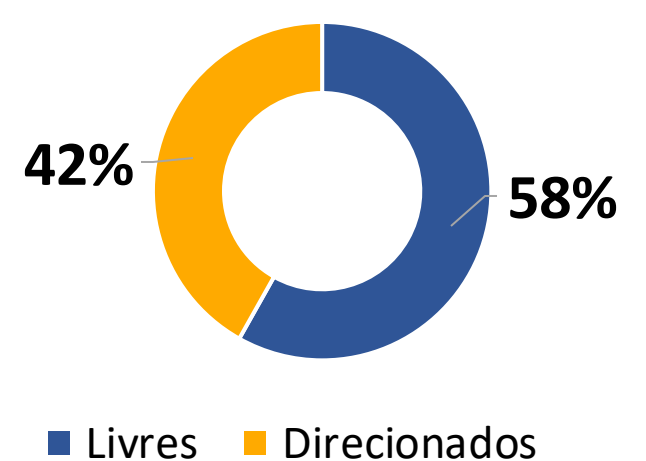
Capital de giro é a modalidade mais contratada no segmento de crédito empresarial, com taxa média de juros de 21,5% ao ano, mostram dados do BC

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o saldo de crédito chegou R\$ 5,96 trilhões em julho de 2024. O saldo de crédito representa os saldos dos empréstimos e financiamentos feitos através do Sistema Financeiro Nacional (SFN), vencido ou a vencer. 38% desse total foi destinado às empresas, fornecendo capital de giro e financiamento dos negócios; 62% foi destinado às famílias, financiando o consumo. O saldo de crédito também se divide em recursos “livres” (58% do total) e “direcionados” (42%). O crédito livre inclui as operações livremente pactuadas entre a instituição financeira e o tomador; já o direcionado inclui as operações sujeitas a regulações específicas, como o crédito rural, por exemplo. Analisando o saldo de crédito para empresas, observa-se que a modalidade livre mais contratada é o capital de giro, que representa 32,3% dessa fatia do crédito empresarial. A tabela abaixo resume as modalidades mais importantes, com sua representação no todo e respectiva taxa de juros anual. Observa-se que o cartão de crédito aparece como a modalidade com a maior taxa de juros (44,2% ao ano). Por fim, as modalidades direcionadas apresenta taxas médias menores. Para comparação, a taxa da operação de Capital de Giro, com recursos do BNDES, chegou a 9,1% ao ano.

PF x PJ
% do saldo total de crédito

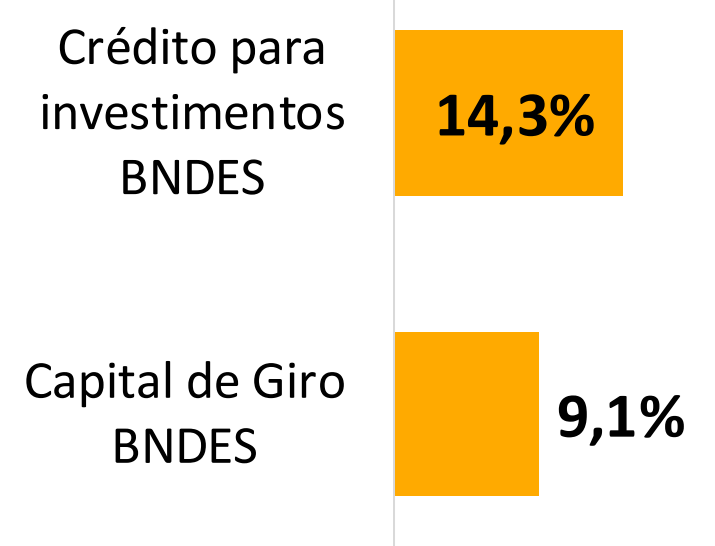


Livre x Direcionado
% do saldo total de crédito



Modalidade de Crédito (Livres)	% do saldo total	Taxa de Juros
Capital de giro	32,3%	21,5%
Desconto de duplicatas e recebíveis	11,1%	16,8%
Antecipação de faturas de cartão	6,8%	12,8%
Cartão de crédito	2,6%	44,2%

Taxa de Juros com recursos direcionados
Em % ao ano

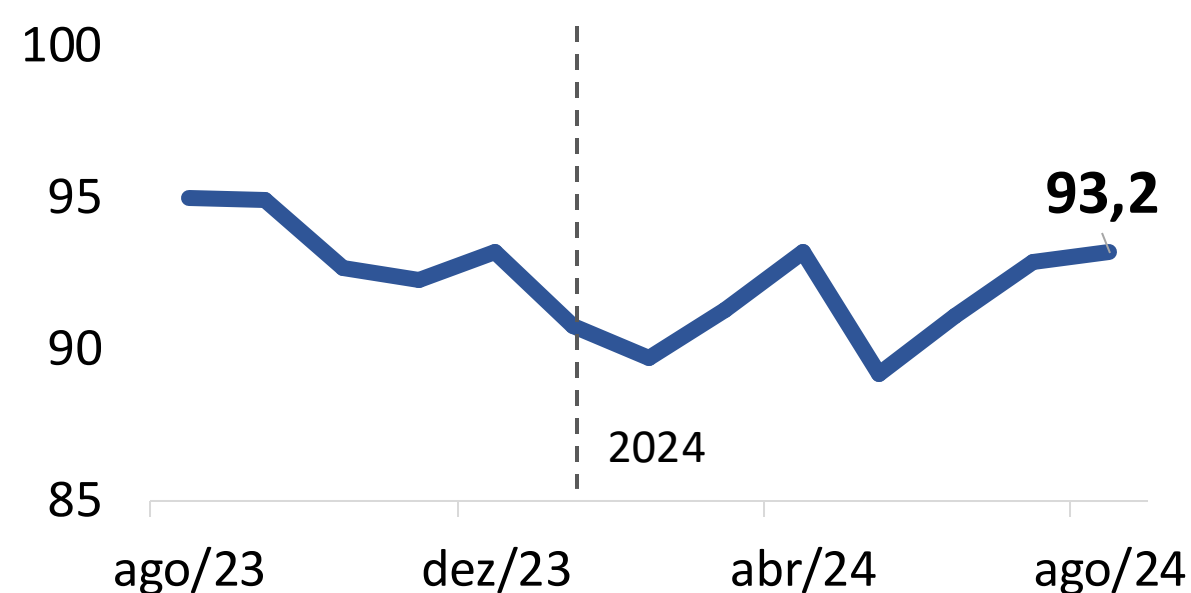


TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Confiança do consumidor mostra recuperação, puxada pela avaliação da situação atual; sondagem mostra consumidores menos otimistas com os próximos meses

Indicador de Confiança do Consumidor

Número índice (de zero a 200)

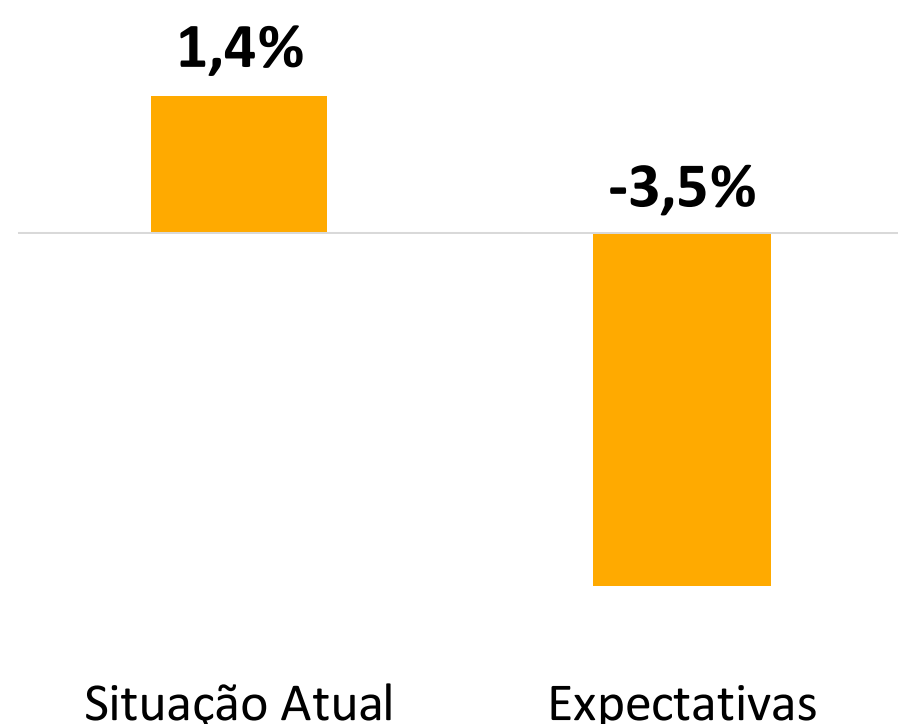


Dados da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostram que, em agosto de 2024, o Indicador de Confiança dos Consumidores registrou 93,2 pontos, acima do observado no mês anterior. Ao longo de 2024, esse indicador oscilou entre quedas e altas. O patamar atual está acima do observado no início do ano, mas abaixo do observado em meados de 2023. Pela metodologia do indicador, pontuações acima de 100 mostram prevalência do otimismo.

Nota-se ainda que, na comparação entre agosto de 2024 e o mesmo mês de 2023, o componente que avalia a situação atual da economia e da vida financeira cresceu 1,4%, enquanto o componente das expectativas recuou 3,5%. A sondagem realizada pela CNC para captar a intenção de consumo também mostra o mesmo padrão. Os quesitos que avaliam o momento presente, como renda atual e nível atual de consumo, cresceram na comparação com agosto de 2023. Já os quesitos que avaliam as perspectivas recuaram.

Confiança | FGV

Ago-23 ante ago-24



Indicador de intenção de consumo | CNC

Variação da percepção (ago-23 ante ago-24)

Momento para duráveis	+7,3%
Renda Atual	+5,9%
Nível de Consumo Atual	+2,7%
Acesso ao crédito	+2,1%
Emprego Atual	+1,2%
Perspectiva de Consumo	-2,2%
Perspectiva Profissional	-5,9%

INADIMPLÊNCIA DE PESSOAS FÍSICAS

Número de negativados chega a 67,7 milhões e mostra recuo na comparação anual; negativação atinge metade de consumidores com idade entre 25 e 39 anos



67,7 mi

Número de brasileiros negativados

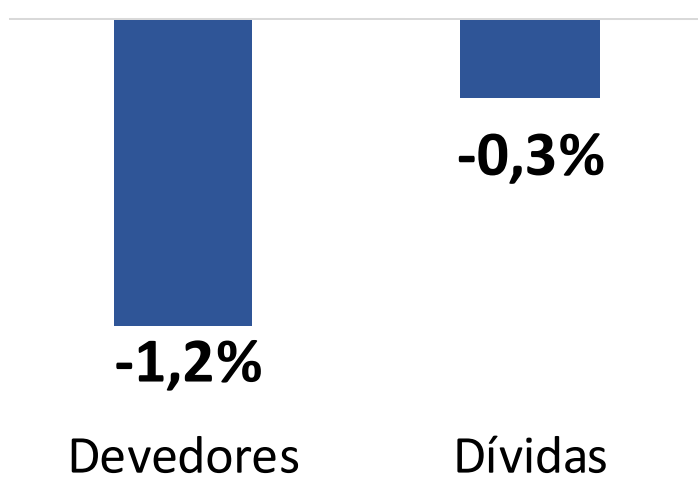


R\$ 4.362

Valor médio devido por negativado

Variação anual – PF

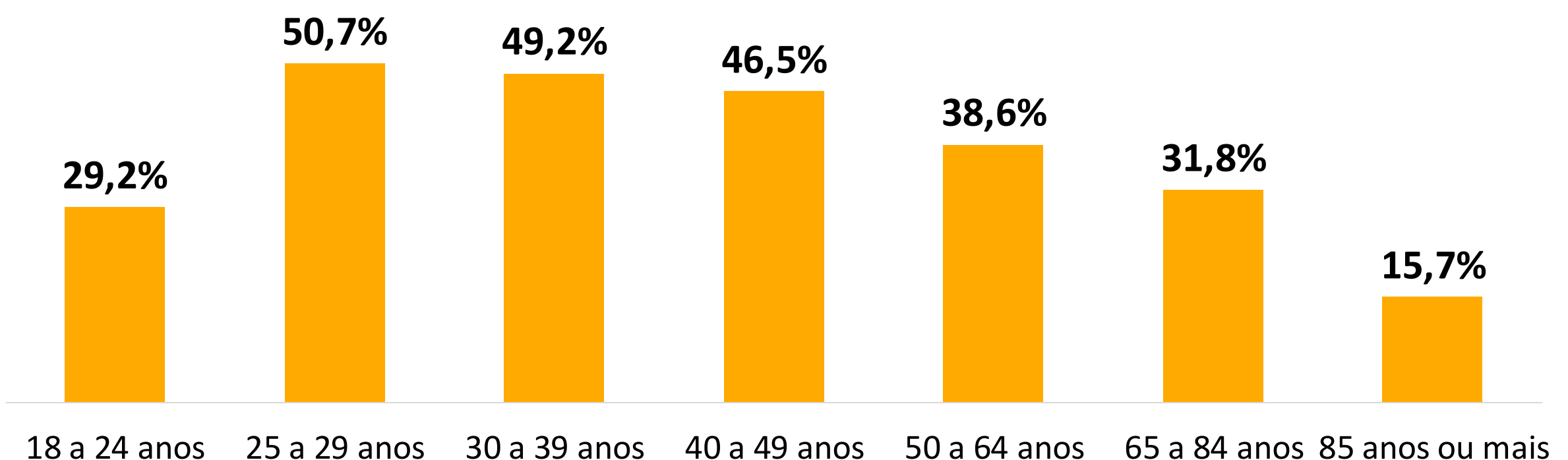
Ago-2024 ante ago-23



O Serviço de Proteção ao Crédito e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas estimam que, no país, 67,7 milhões de consumidores estavam com o nome negativado em agosto de 2024. Essa cifra representa cerca de 41,1% da população adulta. A abertura desse percentual por faixa etária mostra que, na população com idade entre 25 e 29 anos, praticamente a metade dos consumidores estaca negativada (50,7%) em agosto. Na faixa etária dos 30 a 39 anos, o percentual também é elevado: 49,2%. Nessas faixas etárias, costuma ocorrer a chegada de novos compromissos financeiros, com as despesas com habitação, por exemplo. Isso ajuda a explicar o percentual maior de negativados. Os percentuais de negativados são menores entre a população mais idosa, chegando a 15,7% entre os idosos com mais de 85 anos, e entre os mais jovens (29,2% na faixa etária de 18 a 24 anos). Por fim, a evolução da inadimplência mostra mais uma vez queda do número de negativados na comparação anual. O recuo foi de 1,2% entre agosto de 2024 e agosto de 2023. Por sua vez, o número de dívidas em atraso recuou 0,3%.

Percentual de negativados por faixa etária – PF

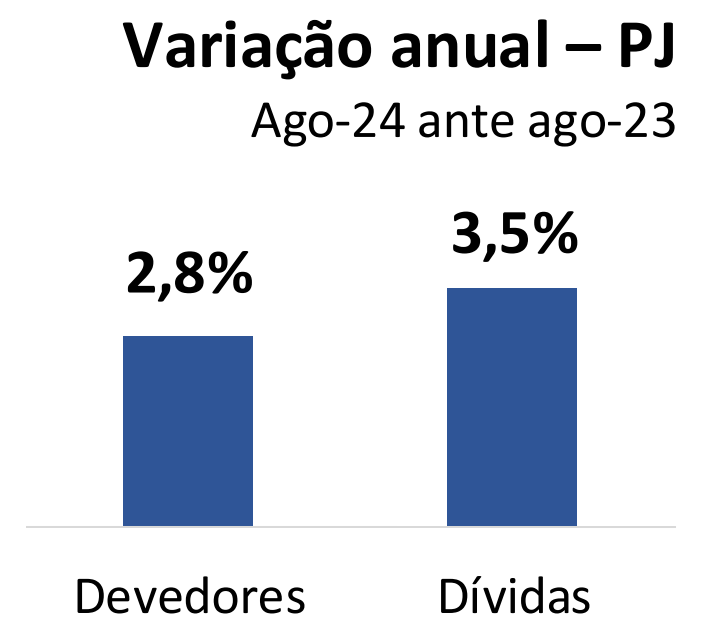
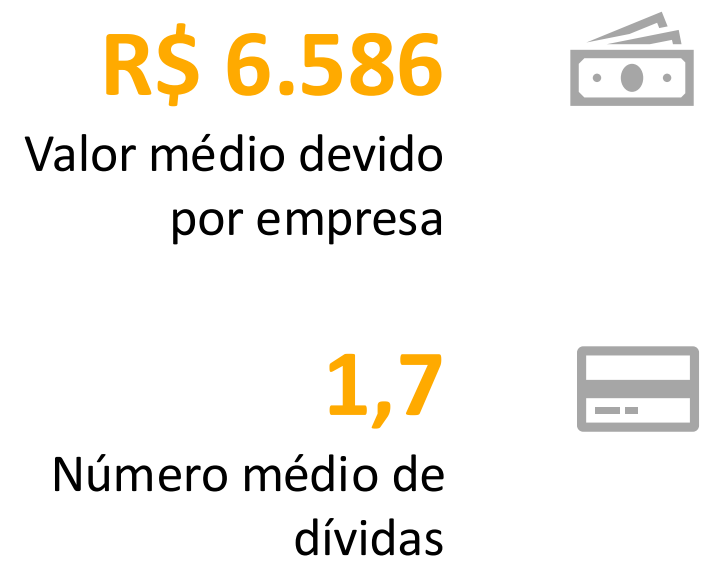
% calculado em cada faixa etária



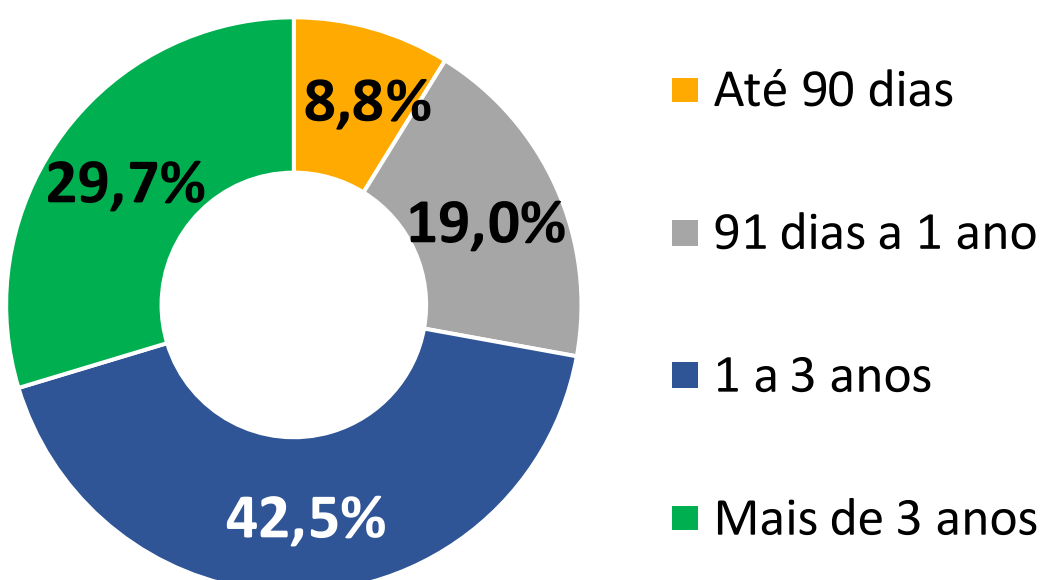
INADIMPLÊNCIA DE PESSOAS JURÍDICAS

Número de empresas negativadas cresce 2,8% na comparação anual; quitação das dívidas permite acesso a capital de giro e recursos para investimentos

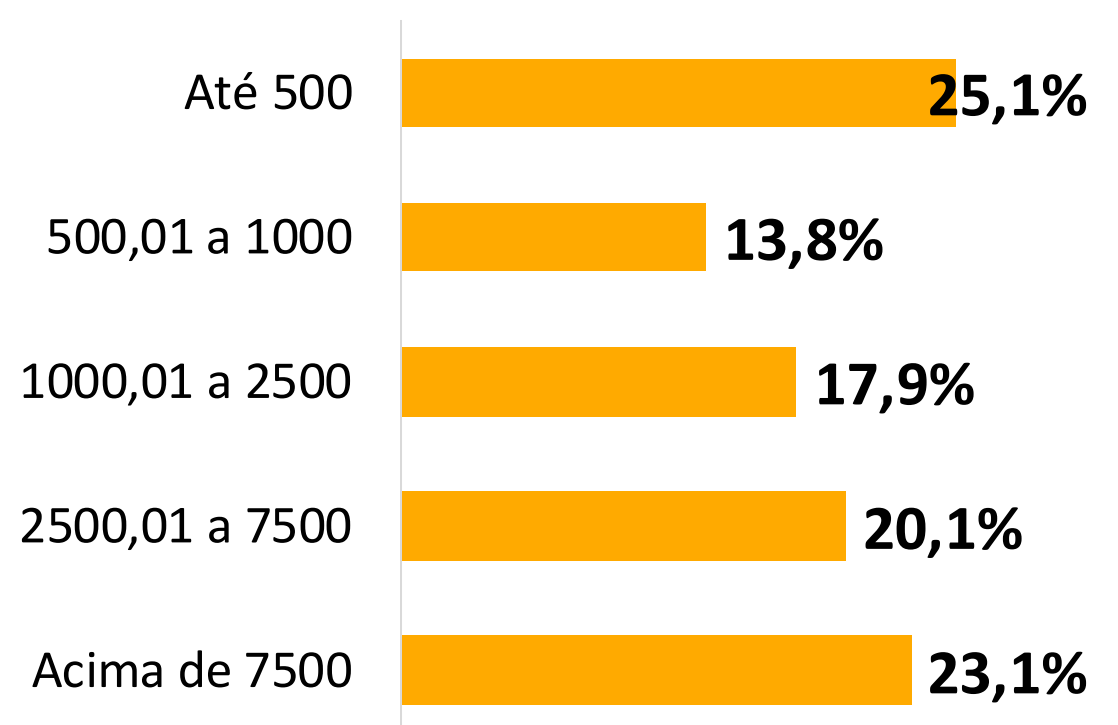
O fenômeno da inadimplência também pode afetar as empresas em razão de problemas de gestão, concorrência, insuficiência de demanda e choques macroeconômicos. De acordo com dados do SPC Brasil e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, o número de empresas negativadas cresceu 2,8% na comparação entre agosto de 2024 e o mesmo mês do ano anterior. O número de dívidas em atraso também avançou (3,5%). Vale notar, no entanto, que o ritmo de crescimento do número de empresas negativadas caiu na comparação com meses anteriores. O detalhamento dos dados mostra que 25,1% das empresas negativas têm dívidas que somam até R\$ 500. Na outra ponta, 23,1% têm dívidas que, somadas, passam de R\$ 7.500. O valor médio devido por empresas foi estimado em R\$ 6.586 em agosto de 2024, sendo que cada empresa negativada tem, em média, dívidas com 1,7 credor. Por fim, o tempo médio de atraso entre as empresas foi estimado em 25,9 meses. A quitação das dívidas das empresas negativadas permite o acesso ao mercado de crédito para obtenção de capital de giro e recursos para investimentos.

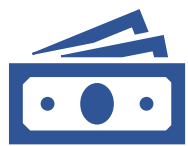


Tempo de atraso – PJ
% do total de empresas negativadas



Valor total das dívidas – PJ
% do total de empresas negativadas





CONSUMO ONLINE

98% dos consumidores compraram em sites internacionais no último ano

A cobrança do imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50 deve afetar o comportamento dos consumidores online brasileiros. Sete em cada dez entrevistados que costumam comprar em sites internacionais (68%) admitem que irão reduzir suas compras nos sites do exterior, pois vão pagar mais caro nas compras que faziam. O dado faz parte de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas.

[Confira a pesquisa](#)

98% dos consumidores que fizeram compra pela internet no último ano utilizaram algum marketplace internacional. O ranking dos sites internacionais mais utilizados pelos consumidores foram:

- (64%) Shopee
- (42%) Amazon
- (34%) Shein
- (16%) Aliexpress

60% compraram algum produto importado / enviados de outros países. Vale destacar o baixo percentual de 3% dos que não observam de onde vem o produto adquirido. A maioria das compras realizadas em sites internacionais vêm da China (54%) e do Brasil (31%).

Os sites internacionais que os entrevistados costumam comprar produtos exclusivamente vindos do exterior são:

- (77%) Shopee
- (50%) Shein
- (43%) Amazon
- (41%) Mercado Livre
- (34%) Aliexpress

Esses sites foram conhecidos através de indicação de amigos e familiares (43%), redes sociais (42%) e anúncios na internet (38%).

De acordo com a pesquisa, os produtos vindos de fora do Brasil comprados em sites internacionais nos últimos 12 meses foram:

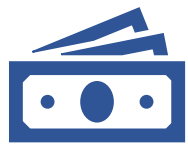
- (52%) roupas
- (33%) calçados
- (30%) acessórios de moda
- (26%) acessórios para celular / tablet ou computador / informática
- (25%) artigos para casa
- (22%) cosméticos e perfumes

33% disseram que receberam em até 1 semana, 24% em 2 semanas e 18% em 3 semanas.

Já os produtos vindos de fora do Brasil levaram mais tempo para serem entregues, uma vez que 17% disseram que as compras chegaram em 1 semana, 23% em duas semanas e 25% em 3 semanas.

Cinco em cada dez consumidores (47%) afirmaram que têm suas compras influenciadas pelo preço reduzido, 45% pelo custo x benefício, 35% pelo valor do frete, 34% pela variedade de produtos e 34% por acharem os sites internacionais confiáveis.

A média de gasto com a última compra, independente do país de envio, foi de R\$ 350. Forma de pagamento: 50% utilizam o cartão de crédito, 45% PIX e 15% cartão de crédito virtual.



CONSUMO ONLINE

40,19 milhões de consumidores pagaram pelo menos um jogo online no último ano

Mais de 40 milhões de consumidores pagaram pelo menos uma aposta ou jogo online nos últimos 12 meses, revela um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas. De acordo com os entrevistados, 63% fizeram apostas esportivas, 27% slots, 26% roletas, 20% caça níqueis e 18% poker.

[Confira a pesquisa](#)



- 81% dos que admitem que têm jogado nos últimos 12 meses
- 22% jogam com a frequência de 2 a 3 vezes na semana
- 20% semanalmente
- 17% mensalmente

A pesquisa aponta que o tempo médio gasto em sites / aplicativos de jogos de aposta esportivas ou jogos de azar, é de 2 horas.

Outro dado que chama a atenção diz respeito aos gastos dos consumidores, uma vez que 25% admitem que gastam mais do que podem com jogos e apostas na internet.

Quatro em cada dez entrevistados (46%) afirmam que abriram mão de algum consumo para fazer jogos e apostas, principalmente:

(18%) roupas, sapatos, acessórios

(17%) internet

(16%) passeio com a família

(16%) alimentação fora de casa/ delivery

As formas de pagamento mais utilizadas pelos consumidores são PIX (72%) e cartão de crédito (18%).

A média de gastos com jogos e/ou apostas no último mês foi de R\$ 186, chegando a R\$ 267 nas classes A/B.

15% deixam ou já deixaram de pagar alguma conta para usar o dinheiro em jogos ou apostas esportivas.

A situação é tão grave que **18% já foram negativados devido a gastos com jogos e apostas esportivas pela internet, sendo que 10% ainda estão nesta situação.**

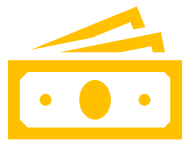
As apostas impactam também na vida social dos consumidores uma vez que:

- 30% declaram que os jogos e/ou apostas esportivas têm ou tiveram alguma influência na sua vida neste período, sendo elas a queda de produtividade no trabalho (11%) e endividamento (11%).

Outros problemas apontados também merecem atenção como:

- Ausência nas responsabilidades familiares (10%)
- Indícios de vícios como alívio no momento do jogo (10%) e irritação quando não estão jogando (9%).

CONGRESSO NACIONAL



O mês de setembro é marcado pelo período eleitoral no âmbito municipal que vai durar até o próximo mês. Com isso, os parlamentares não estão indo à Brasília, estão em deliberação remota e participando das campanhas em suas bases eleitorais.

A Câmara dos Deputados e o Senado tem se revessado nas semanas de esforço concentrado para discussão e votação de propostas.

Os destaques das matérias deliberadas no período foram a reoneração gradual da folha para 17 setores, mantida até o final de 2024, estabelecendo que a partir de 2025 e até 2028, haverá uma reoneração gradual em percentuais do total da folha de salários.

Em relação a regulamentação da Reforma Tributária, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal realizou audiências públicas com representantes de diversos setores impactados, inclusive a CNDL foi uma das convidadas.

E a Câmara aprovou o Programa Acredita e o Desenrola MPE, mas o PL 1725/2024 ainda aguarda deliberação pelo Senado Federal.

CONGRESSO NACIONAL

Reoneração Gradual da Folha de pagamentos



PL 1847/2024, sobre a reoneração gradual da folha de pagamentos para 17 setores da economia.

Situação: Aprovado na Câmara dos Deputados no dia 12 de setembro.

A título de transição, o projeto prevê, de 2025 a 2027, a redução gradual da alíquota sobre a receita bruta e o aumento gradual da alíquota sobre a folha. De 2028 em diante, voltam os 20% incidentes sobre a folha e fica extinta aquela sobre a receita bruta.

A todo caso, durante esses anos, as alíquotas incidentes sobre a folha de salários não atingirão os pagamentos do 13º salário.

Por outro lado, se a empresa atuar em outras atividades não beneficiadas com a desoneração, terá de pagar os adicionais progressivos da contribuição sobre a folha junto com outro percentual já devido segundo as regras atuais da Lei 12.546/11.

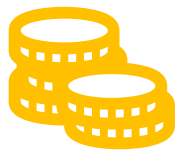
Municípios: Quanto aos municípios, permanecerá a alíquota de 8% do INSS em 2024, aumentando gradualmente para 12% em 2025, 16% em 2026 e voltando a 20% a partir de janeiro de 2027. O benefício valerá para cidades com população de cerca de 156 mil habitantes (em torno de 5300 cidades).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Próximos passos: Aguarda sanção ou veto do presidente da república.

CONGRESSO NACIONAL

Fase de Regulamentação da Reforma Tributária



PLP 68/2024 - regulamenta as normas gerais da Reforma Tributária.

Situação: A CNDL participou da audiência pública na CAE do Senado no dia 03 de setembro e propôs a apresentação da emenda n. 606 de autoria do Senador Beto Martins (PL/SC) relacionada à competitividade do Simples Nacional.

Próximos passos: Segundo o calendário divulgado, está prevista a apresentação de parecer no mês de outubro, após o 2º turno das eleições municipais.

Programa Acredita e Desenrola MPE



PL 1725/2024, com a caducidade da Medida Provisória nº 1213, de 2024, o PL 1725 tramita em substituição a MP para instituir o Procred 360 e dos Programas Acredita no Primeiro Passo, Eco Invest Brasil e Desenrola Pequenos Negócios.

Situação: Até o momento o programa segue suspenso devido a perda de eficácia da MP. O PL 1725/2024 foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 02 de setembro.

Próximos passos: aguarda deliberação pelo Senado Federal.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

